

Procurador Goiás Concurso 08

Prova Preambular (1º Fase)

QUESTÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Pode-se afirmar como correto quanto ao conceito, classificação, objeto e interpretação da Constituição:

- a) Constituição é todo ato do poder constituinte originário, exclusivamente;
- b) a Constituição estabelece os pressupostos de criação, vigência e execução das normas do resto do ordenamento jurídico, seu conteúdo e unidade, em todos os casos;
- c) Constituição é o complexo de normas fundamentais de um dado ordenamento jurídico, escritas ou não escritas, que regulam a sua própria criação;
- d) Constituição é referência obrigatória de todo sistema jurídico, uma vez que estabelece em seu próprio corpo as formas como poderá ser reformada e a predominância das normas infraconstitucionais.

2) Quanto ao poder constituinte originário e derivado é correto dizer:

- a) no direito internacional, visando a convivência pacífica entre os Estados soberanos, vigoram os princípios da cooperação e do mútuo respeito, sobre a normas internas, em todos os casos;
- b) institui-se a Constituição, instrumento essencial de limitação jurídica do poder político, e instrumentaliza-se, completamente, a racionalização do processo do poder;
- c) instaura-se o Estado de direito, integralmente, na dimensão sócio-política;
- d) definem-se as formas político-jurídicas caracterizadoras da nova comunidade estatal e proclamam-se, revestidas do mais alto grau de positividade jurídica, as liberdades públicas.

3) Em função do controle de constitucionalidade das leis ou de sua inconstitucionalidade e controle difuso é verdadeiro afirmar:

- a) compete privativamente ao Senado Federal suspender a execução, somente, no todo, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, desde a Constituição de 1934;
- b) compete ao Supremo Tribunal Federal a declaração de inconstitucionalidade, por via de defesa ou exceção, somente de tratado ou lei federal;
- c) compete ao Supremo Tribunal Federal a declaração de inconstitucionalidade, por via de defesa ou exceção, somente quando contrariar dispositivo da Constituição;
- d) compete ao Supremo Tribunal Federal a declaração de inconstitucionalidade, por via de ação direta, de lei ou ato normativo federal ou estadual;

4) Em decorrência da aplicabilidade das normas constitucionais é válido afirmar:

- a) os vencimentos, a remuneração, as vantagens e os adicionais, bem como os proventos de aposentadoria que estejam sendo percebidos em desacordo com a Constituição serão imediatamente reduzidos aos limites dela decorrentes, admitindo-se, neste caso invocação de direito adquirido ou excesso a qualquer título;
- b) os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios federais mediante plebiscito, do Congresso Nacional, por lei ordinária;
- c) compete à União elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenamento do território e de desenvolvimento econômico e social;
- d) o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor privado e indicativo para o setor público.

5) Sobre os direitos fundamentais é preciso dizer:

- a) os vencimentos, a remuneração, as vantagens e os adicionais, bem como os proventos de aposentadoria que estejam sendo percebidos em desacordo com a Constituição serão imediatamente reduzidos aos limites dela decorrentes, não se admitindo, neste caso invocação de direito adquirido ou excesso a qualquer título;
- b) o direito adquirido derivado do ato jurídico perfeito ou da coisa julgada, que já tenha sido efetivamente incorporado ao patrimônio do titular e, por essa razão – depende do prévio e anterior pleno exercício, não mais pode ser subtraído;
- c) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) e de qualquer trabalho a menores de 14 (quatorze) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 12 (doze) anos;

d) a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

6) Compete à União:

a) explorar, diretamente ou mediante concessão a empresas sob controle acionário estatal, os serviços telefônicos, telegráficos, de transmissão de dados e demais serviços públicos de telecomunicações, assegurada a prestação de serviços de informações por entidades de direito privado através da rede pública de telecomunicações explorada pela União;

b) organizar e manter a polícia federal, a polícia rodoviária e ferroviária federais, bem como a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal e dos Territórios;

c) explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais;

d) exercer a classificação, para efeito indicativo e de censura, na forma da lei, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão.

7) Quanto aos Estados Federados é correto afirmar:

a) cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para sua regulamentação;

b) a eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, realizar-se-á noventa dias antes do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá no dia 1º de janeiro do ano subsequente;

c) cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão a empresa estatal ou privada, com exclusividade de distribuição, os serviços locais de gás canalizado;

d) os Estados poderão, mediante lei ordinária, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

8) Em relação ao controle da administração pública é correto:

a) o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar;

- b) somente por lei complementar poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei específica, neste último caso, definir as áreas de atuação;
- c) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;
- d) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, exclusivamente, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração direta, das autarquias e das fundações públicas.

9) Quanto à intervenção é correto enunciar:

- a) compete privativamente ao STF decretar a intervenção federal;
- b) a União intervirá nos Estados para prover a execução de lei federal, sendo dispensada a apreciação pelo Congresso Nacional quando o decreto limitar-se a suspender a execução do ato impugnado, se essa medida bastar ao restabelecimento da normalidade;
- c) a decretação da intervenção não dependerá, no caso de desobediência a ordem ou decisão judiciária, de requisição do STF, STJ ou do TSE;
- d) a decretação da intervenção não dependerá, no caso de garantir o livre exercício de qualquer dos poderes nas unidades da federação, de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo, ou de requisição do STF.

10) Entre as funções do Poder Legislativo é verdadeiro:

- a) compete privativamente ao Senado Federal autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado;
- b) compete privativamente ao Congresso Nacional processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade e os Ministros de Estado nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;
- c) compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar os Ministros do STF, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;
- d) compete ao Senado Federal fixar subsídio dos Ministros do STF, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados e do STF.

11) Entre as atribuições e responsabilidades do chefe do Poder Executivo Federal está:

- a) nomear, após aprovação pelo Congresso Nacional, os Ministros do STF e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do Banco Central e outros servidores, quando determinado em lei;
- b) permitir, nos casos previstos em lei específica, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;
- c) prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de noventa dias após abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;
- d) delegar a atribuição de dispor sobre a organização e o funcionamento da administração federal, na forma da lei, aos Ministros de Estado.

12) Em relação às garantias e funções do Poder Judiciário é correto:

- a) lei específica, de iniciativa do Congresso Nacional, disporá sobre o Estatuto da Magistratura;
- b) a promoção por merecimento pressupõe quatro anos de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a primeira quinta parte da lista de antigüidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago;
- c) um quinto dos lugares do TRF's, dos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios será composto de membros, do Ministério Público e de advogados com mais de quinze anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes;
- d) vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.

13) Do estado democrático de direito infere-se:

- a) é vedada a incomunicabilidade do preso no estado de defesa;
- b) na vigência do estado de defesa, a prisão por crime contra o Estado, não será imediatamente comunicada;
- c) o serviço militar é facultativo nos termos da lei;
- d) lei específica estabelecerá as normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das forças armadas.

14) Em nosso sistema tributário nacional abstrai-se como verídico:

- a) cabe à lei específica estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente, sobre bases de cálculos;
- b) cabe à lei complementar regular as limitações constitucionais ao poder de tributar;

- c) qualquer anistia ou remissão que envolva matéria tributária ou previdenciária só pode ser concedida através de lei complementar federal, estadual ou municipal;
- d) cabe à lei específica estabelecer imposto sobre grandes fortunas;

15) Quanto às finanças públicas é devido afirmar:

- a) cabe à lei específica dispor sobre concessão de garantias pelas entidades públicas;
- b) o Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada período anual, relatório resumido da execução orçamentária;
- c) cabe à lei específica dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;
- d) a lei orçamentária anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares;

16) Dentre as diretrizes da ordem econômica e financeira é verdadeiro afirmar:

- a) Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado;
- b) as empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado;
- c) dependerá de autorização ou concessão, também, o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida;
- d) não constituem monopólio da União a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro.

17) Em relação à ordem social infere-se:

- a) O sistema único de saúde será financiado com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes;
- b) as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos e integrando o orçamento da União;
- c) é permitida a destinação de recursos públicos para auxílios e subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
- d) é permitida a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

18) Referem-se de forma correta às disposições gerais e transitórias:

- a) até que a lei venha disciplinar a licença-paternidade, o seu prazo será de oito dias;
- b) fica mantido, provisoriamente, o Território Federal de Fernando de Noronha;
- c) é mantida a Zona Franca de Manaus, com suas características de área de livre comércio, de exportação e importação, e de incentivos fiscais, pelo prazo de vinte anos, a partir da promulgação da Constituição;
- d) até ulterior disposição legal, a cobrança das contribuições para o custeio das atividades dos sindicatos rurais será feita juntamente com a do imposto territorial rural, pelo mesmo órgão arrecadador;

QUESTÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

19) - Utilize (V) para assinalar as proposições verdadeiras e (F) para as falsas.

I - Os poderes administrativos são estruturais.

II - A Administração direta compõe-se de entidades com personalidade jurídica de Direito Público e de Direito Privado.

III - Ato administrativo nulo admite convalidação, desde que ainda não tenha sido impugnado.

IV - Mérito administrativo diz respeito a motivo e finalidade.

Marque a alternativa correta:

- a) VFVF
- b) VVFF
- c) FVFF
- d) FFFF

20) - Utilize (V) para assinalar as proposições verdadeiras e (F) para as falsas.

I - A auto-executoriedade é um atributo do ato administrativo.

II - Ato administrativo constitui declaração do Estado, ou de quem lhe faça as vezes, expedidas sob o regime de Direito Privado.

III - O objeto é elemento sempre vinculado do ato administrativo.

IV - Os atos negociais são dotados de imperatividade.

Marque a alternativa correta:

- a) VFFV
- b) FVFF
- c) VFFF
- d) VFVF

21) - Utilize (V) para assinalar as proposições verdadeiras e (F) para as falsas.

I - A interpretação do Direito Administrativo deve considerar, necessariamente, a desigualdade jurídica entre a Administração Pública e os administrados.

II - Quando ato administrativo anulável é insuscetível de convalidação, a Administração Pública deve anulá-lo.

III - O princípio da motivação impõe ao administrador público a exposição dos motivos que o levam à prática de todos os atos administrativos por ele expedidos.

IV - A desconcentração pressupõe a criação de pessoas jurídicas distintas.

Marque a alternativa correta:

- a) FFFV
- b) VFFV
- c) VFFF
- d) FVVF

22) - Acerca da extinção dos atos administrativos, é incorreto dizer:

- a) Atos administrativos ineficazes admitem revogação.
- b) Atos administrativos ineficazes não podem ser anulados.
- c) Atos administrativos ilegítimos podem ser anulados tanto pela Administração Pública, quanto pelo Poder Judiciário.
- d) Atos administrativos nulos jamais podem ser convalidados.

23) - Tendo em vista a Teoria dos Motivos Determinantes, é possível afirmar:

- a) Todos os atos administrativos devem ser motivados.
- b) Os atos administrativos deverão apresentar motivação apenas quando expressamente exigida por lei.
- c) Exigindo a lei a motivação, nulo será o ato que apresentar motivos falsos.

d) Mesmo quando não exigida por lei a motivação, uma vez motivado o ato, este só será válido se os motivos apontados forem verdadeiros e o justificarem.

24) - Servidão administrativa pode ser definida como:

a) Espécie de limitação à propriedade caracterizada pela utilização transitória, com ou sem indenização, da propriedade particular.

b) O ônus real constituído por entidade pública sobre um bem privado, com o objetivo de permitir a realização e a conservação de obras e serviços públicos.

c) Forma de intervenção do Estado na propriedade privada para a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

d) Medida de restrição ao domínio privado, geral e abstrata, imposta pelo poder de polícia do Estado.

25) - Sobre licitação é correto afirmar:

a) Possui como objetivo exclusivo proporcionar à Administração Pública o negócio mais vantajoso.

b) A competência para legislar sobre a matéria é privativa da União.

c) O princípio da vinculação ao edital aplica-se apenas aos licitantes.

d) Pressuposto lógico da licitação é a existência de pluralidade de objetos e de ofertantes.

26) - Assinale a alternativa incorreta.

O edital de licitação é o ato através do qual a Administração Pública:

a) Divulga o certame.

b) Determina as condições para participação.

c) Analisa as condições pessoais dos licitantes.

d) Fixa as cláusulas do futuro contrato.

27) - Quanto aos casos excludentes de licitação, pode-se dizer:

a) A licitação é dispensável quando inviável a competição.

b) A licitação é inexigível quando, embora possível a competição, razões de interesse público justificam que ela não se realize.

c) A licitação é obrigatoriamente dispensada nas hipóteses previstas pelos incisos do art. 24 da Lei nº 8.666/93, como, por exemplo, em casos de guerra, calamidade pública ou emergência.

d) Os casos de dispensa de licitação previstos pelos incisos I e II do art. 17 da Lei de Licitações, que tratam, dentre outros, da alienação de bens imóveis mediante permuta, dação em pagamento e investidura, não estão inseridos no âmbito da discricionariedade administrativa.

28) - Relativamente às modalidades de licitação, não se pode afirmar:

a) A concorrência destina-se aos contratos de maior vulto, podendo dela participar quaisquer interessados.

b) O leilão é utilizado para a venda de bens móveis inservíveis, legalmente apreendidos ou penhorados e, excepcionalmente, para a venda de bens imóveis.

c) O convite visa a escolha de trabalhos técnicos, científicos ou artísticos, com instituição prévia de prêmio ou remuneração.

d) A tomada de preços destina-se a transações de valor médio e é realizada entre interessados previamente cadastrados ou que apresentem a documentação exigida para o cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, se qualificados.

29) - A fase do procedimento licitatório denominada habilitação:

a) É presumida na modalidade convite.

b) É realizada no bojo da licitação na modalidade tomada de preços.

c) Tem por objetivo avaliar se as propostas apresentadas pelos licitantes estão em conformidade com o edital.

d) Exige inscrição em cadastro administrativo para a modalidade concurso.

30) - Acerca da desapropriação, marque a proposição incorreta:

a) A fase executória do procedimento expropriatório pode ser judicial ou extrajudicial.

b) Na desapropriação são devidos pelo Poder Público ao expropriado juros moratórios, em virtude da demora no pagamento da indenização, contados a partir da perda efetiva da posse.

c) Tanto o Poder Legislativo, quanto o Poder Executivo são competentes para expedir declaração de utilidade pública.

d) Bens públicos dos Estados e Municípios podem ser desapropriados pela União.

31) - Em sede de contrato administrativo, não é verdadeiro:

- a) Sua duração está normalmente adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários.
- b) A Administração Pública pode, unilateralmente, alterar as cláusulas econômicas do contrato.
- c) É condição indispensável para sua eficácia a publicação resumida do instrumento e de seus aditamentos na imprensa oficial.
- d) É admitida, excepcionalmente, a prorrogação dos prazos para a execução de seu objeto.

32) - O contrato administrativo:

- a) Somente pode ser rescindido pela Administração Pública, em juízo de conveniência e oportunidade.
- b) Por ser um ato bilateral, apenas o Poder Judiciário pode anulá-lo.
- c) Pode ser rescindido unilateralmente pela Administração Pública, amigavelmente, por mútuo acordo entre as partes, ou pela via judicial, a pedido do particular ou da Administração Pública.
- d) Como qualquer contrato, só pode ser rescindido por mútuo acordo entre as partes ou pelo Poder Judiciário.

33) - Quanto à remuneração dos servidores públicos, pode-se dizer:

- a) Subsídio é a importância paga em parcela única, pelo Estado, aos servidores públicos em geral, como retribuição pelo serviço prestado.
- b) O teto salarial aplica-se aos servidores públicos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos, independentemente do regime jurídico a que estejam submetidos.
- c) O princípio da irredutibilidade de vencimentos foi revogado pela Emenda Constitucional nº 19/98.
- d) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, salvo, havendo compatibilidade de horários, a de dois cargos de professor.

34) - Assinale a alternativa incorreta:

- a) Quando a aposentadoria do servidor público resultar de invalidez permanente, os proventos serão integrais.

b) Agentes políticos podem ser definidos como agentes públicos que compõem o governo em seus primeiros escalões, investidos em cargos estruturais à organização política do Estado.

c) Cargos públicos são unidades de competência criadas por lei, com denominação própria, para serem providos por agentes públicos.

d) A aposentadoria voluntária de servidor público titular de cargo efetivo, com proventos integrais, salvo em casos excepcionais, pode ser requerida pelo servidor que contar com, no mínimo, dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, trinta e cinco anos de contribuição e sessenta anos de idade, para os homens, e trinta anos de contribuição e cinquenta e cinco anos de idade, para as mulheres.

35) - Não se configura como forma de extinção da concessão de serviço público:

a) A encampação.

b) A rescisão.

c) A caducidade.

d) A reversão.

36) - O instituto que reconhece ao expropriado direito a uma satisfação jurídica – direito de preferência, resolúvel em perdas e danos – quando o bem desapropriado não for destinado à finalidade pública, ao menos genérica, declarada pelo expropriante, denomina-se:

a) Retrocessão.

b) Legitimação de posse.

c) Investidura.

d) Tresdestinação.

37) - A respeito do poder de polícia, não se pode afirmar:

a) O poder de polícia deve observar, como limite ao seu exercício, a finalidade legal que determinou a execução do ato, devendo haver proporcionalidade entre a medida adotada e o objetivo a ser atingido.

b) A polícia administrativa pode se manifestar através de atos normativos, de alcance geral, ou de atos concretos, específicos.

c) A polícia administrativa atua sempre de maneira repressiva.

d) A polícia administrativa se expressa tanto através de atos praticados no exercício de competência discricionária, como através de atos vinculados.

38) - Os serviços sociais autônomos caracterizam-se como:

- a) Órgãos que compõem a administração direta.
- b) Entidades que integram a administração indireta.
- c) Entes paraestatais, de cooperação com o Poder Público, mas que não integram a administração indireta.
- e) Entidades fundacionais que compõem a administração indireta.

QUESTÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

39) São princípios da jurisdição:

- a) juiz natural, ampla defesa, investidura;
- b) investidura, juiz natural, contraditório;
- c) juiz natural, improrrogabilidade, indeclinabilidade;
- d) imparcialidade, investidura, fundamentação das decisões.

40) Quanto ao Recurso Adesivo, é possível assegurar que:

- a) é admissível no Agravo, no Recurso Especial e Recurso Extraordinário;
- b) não se admite na Apelação;
- c) não será conhecido por qualquer óbice ao conhecimento do recurso principal;
- d) dispensa a abertura de vistas ao recorrido.

41) Quanto à Ação Monitória é correto afirmar:

- a) que o réu deve oferecer embargos, no prazo de dez dias, sob pena de revelia;
- b) que rejeitados os embargos, fica constituído o título executivo judicial;
- c) que os embargos ao pedido inicial não produzem efeito suspensivo;
- d) que não é cabível contra pessoa jurídica.

42) A relevação da pena de deserção:

- a) é decisão inalterável;
- b) deve ser objeto de questionamento pelo recorrido, sob pena de confirmação;
- c) não se aplica nos processos cautelares;
- d) será apreciada pelo tribunal '*ad quem*' ainda que não questionada.

43) O recurso contra decisão denegatória de mandado de segurança na competência originária do Tribunal de Justiça é:

- a) não cabe recurso voluntário, uma vez que tal decisão está sujeita a reexame necessário;
- b) Agravo de Instrumento dirigido ao Presidente do mesmo Tribunal;
- c) recurso ordinário dirigido ao STJ;
- d) Recurso Extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.

44) A citação postal não é comportável:

- a) em ação de execução;
- b) em ação com pedido condenatório contra pessoa jurídica;
- c) em ação em que haja litisconsórcio passivo;
- d) em ação com pedido de adjudicação de imóvel urbano.

45) A execução provisória de sentença:

- a) sujeita o credor à prestação de caução e à reparação dos danos que possa causar ao devedor;
- b) corre sob a responsabilidade do credor, independentemente de caução;
- c) abrange todos os atos da execução;
- d) não se altera mesmo sobrevindo a reforma da sentença que a autoriza.

46) Sobre os bens públicos e seu regime jurídico, pode-se afirmar que:

- a) os bens de uso comum ou especial não são alienáveis enquanto mantiverem essa

classificação;

- b) podem ser praceados, pois a impenhorabilidade alcança apenas algumas espécies;
- c) podem ser usucapidos, pois a imprescritibilidade atinge apenas aqueles de uso comum;
- d) os bens dominiais não são alienáveis.

47) Ato declarativo é aquele:

- a) cuja eficácia retroage à ocorrência do ato anterior declarado;
- b) cuja eficácia depende de sentença homologatória;
- c) cuja eficácia depende do registro da declaração de vontade no Cartório de Títulos e Documentos;
- d) cuja eficácia se produz desde o momento em que se opera o ato declaratório da vontade.

48) Nos litisconsórcios passivos necessários, quando não se realizarem todas as citações, a sentença:

- a) será válida contra os réus citados, podendo o autor renovar o pedido contra os não citados;
- b) produzirá efeito apenas quanto aos que contestarem;
- c) será válida em relação aos que foram citados;
- d) não terá eficácia contra qualquer dos réus.

49) Os Embargos Infringentes:

- a) discutem a decisão em toda sua amplitude;
- b) cabem contra decisão não unânime proferida no julgamento do Recurso Especial, Recurso Extraordinário e Apelação;
- c) cabem contra decisão não unânime proferida no julgamento de Apelação e Ação Rescisória;
- d) só cabem contra decisões dos tribunais superiores.

50) Sobre a suspensão e interrupção de prazo pode se dizer que:

- a) são institutos de direito processual com a mesma consequência;

- b) na suspensão o prazo é integralmente devolvido à parte;
- c) na interrupção o prazo retoma a contagem a partir do dia que foi interrompido;
- d) na interrupção o prazo é integralmente devolvido à parte.

51) Sobre o conhecimento e o provimento de recurso é possível afirmar que:

- a) são conseqüências do julgamento recursal sem diferença de conteúdo;
- b) ambos dizem respeito ao juízo de admissibilidade;
- c) só o conhecimento é juízo de admissibilidade;
- d) só o provimento é juízo de admissibilidade.

52) Sobre o requerimento da prova testemunhal no procedimento sumário sabe-se que:

- a) o réu deve apresentar o rol até quarenta e oito horas antes da 1ª audiência;
- b) o autor deve instruir a inicial com o rol de testemunhas e o réu deve apresentá-lo na 1ª audiência;
- c) o autor e o réu devem apresentar o rol na audiência, com base no princípio da isonomia das partes;
- d) como no direito do trabalho, as partes podem levar as testemunhas à audiência, sem rol prévio.

53) Por efeito devolutivo retardado entende-se:

- a) o julgamento tardio dos recursos nos tribunais;
- b) o efeito devolutivo contido no agravo retido;
- c) a conseqüência do efeito devolutivo no Recurso Extraordinário e no Recurso Especial;
- d) o conhecimento do Recurso Especial e do Recurso Especial em razão de agravo ao STF ou ao STJ, conforme o caso.

54) A interrupção da prescrição em face da citação válida:

- a) retroage à data da propositura da ação;
- b) retroage à data do despacho ordenatório da citação;
- c) não retroage;

d) não retroage nas questões de conteúdo material;

QUESTÕES DE DIREITO CIVIL

55) Ocorrendo omissão da lei em face de determinado caso concreto, o juiz decidirá observando a seguinte ordem:

- a) a analogia, os costumes e os princípios gerais do direito;
- b) os princípios gerais do direito, a analogia e a equidade;
- c) a equidade, os princípios gerais do direito e os costumes;
- d) os costumes, a equidade e a analogia.

56) Conforme o Código Civil, são relativamente incapazes a certos atos na esfera civil, exceto:

- a) os loucos de todo o gênero;
- b) os pródigos;
- c) os maiores de 16 (dezesesseis) e os menores de 21 (vinte e um) anos;
- d) os silvícolas.

57) Na sistemática do Código Civil, são considerados bens imóveis:

- a) o solo e os direitos do autor;
- b) os direitos reais sobre imóveis e os direitos reais sobre objetos móveis;
- c) as árvores e frutos pendentes e os direitos de obrigação;
- d) a semente lançada à terra e o direito à sucessão aberta.

58) As ações pessoais prescrevem, ordinariamente, em:

- a) 05 (cinco) anos;
- b) 10 (dez) anos;
- c) 15 (quinze) anos;
- d) 20 (vinte) anos.

59) Assinale a alternativa incorreta.

- a) não é permitida a renúncia da prescrição antes desta tornar-se consumada;
- b) o Código Civil não regula expressamente o instituto da decadência;
- c) a prescrição não poderá ser alegada após o prazo da contestação;
- d) o juiz não pode decretar de ofício a prescrição quando referir-se a direitos patrimoniais.

60) Com relação ao lapso temporal da prescrição, pode-se afirmar:

- a) que não são admitidas causas impeditivas, suspensivas e interruptivas;
- b) que são admitidas apenas causas impeditivas e suspensivas;
- c) que são admitidas apenas causas interruptivas;
- d) que são admitidas causas impeditivas, suspensivas e interruptivas.

61) O Código Civil brasileiro adotou predominantemente em relação a posse:

- a) a teoria objetiva, de Ihering;
- b) a teoria subjetiva ou da vontade, de Savigny;
- c) a teoria romana da posse;
- d) nenhuma das alternativas acima.

62) Assinale a alternativa correta.

- a) a lei admite a composesse;
- b) em todos os casos a posse manterá o mesmo caráter com que foi adquirida;
- c) precária é a posse não ostensiva;
- d) o depositante sempre tem a posse direta.

63) São pressupostos do usucapião ordinário, exceto:

- a) somente imóvel urbano com área não superior a 250 (duzentos e cinquenta) metros quadrados;

b) posse ininterrupta por, no mínimo, 10 (dez) anos entre presentes, ou 15 (quinze) anos entre ausentes;

c) justo título e boa-fé;

d) ânimo de dono e sem oposição.

64) São modalidades de ocupação:

a) usucapião e adjunção;

b) especificação e confusão;

c) caça e pesca;

d) comistão e tradição.

65) São defeitos dos atos jurídicos:

a) erro ou ignorância e decadência;

b) dolo e fraude contra credores;

c) simulação e prescrição;

d) condição resolutiva e coação.

66) São direitos reais de garantia:

a) penhor, rendas constituídas sobre imóveis e anticrese;

b) penhor, hipoteca e usufruto;

c) hipoteca, penhora e anticrese;

d) nenhuma das alternativas acima.

67) Quanto às modalidades das obrigações, pode-se afirmar que:

a) o credor de coisa certa estará obrigado a receber outra se for mais valiosa;

b) nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou;

c) extingue-se a obrigação de não fazer, desde que, sem culpa do devedor, se lhe torne impossível abster-se do fato que se obrigou e não praticar;

e) na obrigação de fazer, o credor é obrigado a aceitar de terceiro a prestação, quando for convencionado que o devedor a faça pessoalmente.

QUESTÕES DE DIREITO INSTITUCIONAL

68) Aos Procuradores do Estado, nos termos da Constituição Federal, compete:

- a) representar judicialmente e extrajudicialmente o Estado, limitada a representação, em ambos os casos, ao Poder Executivo;
- b) representar judicialmente o Estado, incluindo os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo;
- c) representar judicialmente e extrajudicialmente o Estado, incluindo os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, assim como as Autarquias e Agências Públicas;
- d) representar judicialmente e extrajudicialmente o Estado, incluindo os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, assim como as Autarquias , Agências Públicas, Fundações e Empresas Públicas;

69) .Nos termos da Lei Complementar n.º 24 de 08.06.98, do Estado de Goiás, pode-se afirmar:

- a) compete ao Procurador do Estado receber citação em nome da respectiva unidade federada;
- b) compete à Procuradoria – Geral do Estado promover ação civil pública;
- c) compete ao Procurador do Estado, com a colaboração do Ministério Público, nos casos de relevante interesse público, exercer a representação judicial e a consultoria de entidades públicas;
- d) compete ao Procurador do Estado representar judicialmente o Estado, com exclusão da cobrança da dívida ativa estadual.

70) São prerrogativas do Procurador do Estado:

- a) estabilidade, após dois anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório da corregedoria;
- b) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público;
- c) requisitar dos juizes de primeiro grau informações sobre processos que tramitam sob sua jurisdição, sempre que houver interesse do Estado;
- d) requisitar das autoridades competentes certidões, informações e diligências necessárias ao desempenho de suas funções.

QUESTÕES DE DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO

71) Assinale a resposta CORRETA:

- a) Em relação à aplicabilidade das normas jurídico-trabalhistas, pode-se asseverar que havendo duas ou mais dessas normas dispondo acerca da mesma matéria, será hierarquicamente superior, portanto aplicável ao caso concreto, a que oferece maiores vantagens ao trabalhador, salvo havendo lei proibitiva;
- b) Na hierarquia das normas jurídico-trabalhistas prevalecerá, em qualquer caso, a Constituição Federal;
- c) A regra insculpida no art. 7º, XXX, da Constituição Federal, que veda diferença de critério de admissão, de exercício de funções e de salário por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil, consagra o princípio da norma mais favorável;
- d) São princípios próprios do Direito do Trabalho a proteção do hipossuficiente econômico, a irrenunciabilidade de direitos, primazia da realidade, da igualdade salarial, sendo que o princípio geral de direito do não beneficiamento com a própria malícia não se aplica ao Direito Laboral.

72) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) A Constituição Federal de 1988, no que pertine à estrutura da organização sindical brasileira, consagrou os princípios da unicidade sindical, da obrigatoriedade da participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho e da filiação facultativa do empregado ao sindicato, tendo passado posteriormente a vigor o princípio da pluralidade sindical, com a ratificação, pelo Brasil, da Convenção n.º 87 da Organização Internacional do Trabalho;
- b) Consoante os termos da Constituição Federal vigente, é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho, do que se deduz ser obrigatória a participação dos sindicatos obreiro e patronal na celebração dos acordos coletivos;
- c) A Constituição Federal veda a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave;
- d) Tem direito à estabilidade provisória o empregado, cujo registro da candidatura a cargo de dirigente sindical ocorre no curso do aviso prévio, em virtude da projeção do contrato de trabalho para o futuro, decorrente daquele.

73) À vista das assertivas abaixo, assinale a resposta CORRETA :

- I - Nos moldes da jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, a contratação irregular de trabalhador, através de empresa interposta, não gera vínculo de emprego com

os órgãos da Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional, à vista do disposto no art. 37, inciso II, da Constituição Federal;

II – Também de acordo com a jurisprudência do TST, não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância, de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, ainda que existente a pessoalidade e a subordinação direta;

III – A falta de homologação do Plano de Cargos e Salários de uma sociedade de economia mista do Estado, pela Delegacia Regional do Trabalho, não obsta a sua eficácia para o fim de progressão horizontal por antigüidade do servidor, vez que tal solenidade é essencial, não para aquele fim, mas para impedir a equiparação salarial prevista no artigo 461, § 2º da CLT;

IV – Na Justiça do Trabalho, o prazo em dobro para recurso, a dispensa de depósito recursal, o chamado recurso *ex officio*, e o pagamento de custas a final constituem prerrogativas do Estado, das fundações de direito público sem atividade econômica, bem como das empresas públicas.

- a) as assertivas I, III e IV estão corretas;
- b) as assertivas I, II e III estão incorretas;
- c) todas as alternativas estão corretas;
- d) apenas as alternativas I e III estão corretas

74) Assinale a alternativa CORRETA:

a) Anteriormente ao advento da Constituição de 1988 era possível ao Estado Federado manter vínculo de emprego com seus servidores; após, porém, com a instituição do regime jurídico único, a natureza do vínculo é necessariamente estatutária e não empregatícia, ainda que se considerem os servidores de suas empresas públicas;

b) Os trabalhadores avulsos e temporários podem ser classificados como espécies do gênero empregado, vez que possuem a característica comum da subordinação de sua energia de trabalho ao terceiro a quem aproveitará o resultado;

c) NÃO é característica do contrato de emprego ser consensual, *intuito personae*, sinalagmático e oneroso;

d) São elementos do contrato de emprego a subordinação, a onerosidade, a permanência e a eventualidade, prescindindo-se da pessoalidade.

75) Acerca da sucessão trabalhista, assinale a resposta INCORRETA:

a) caracteriza-se pela passagem de unidade econômico-jurídica de um para outro titular somada à ausência de interrupção na prestação dos serviços;

b) não há que se cogitar de notificação do empregado àquele que adquirir o controle da sociedade;

c) o sucessor responde pelas obrigações trabalhistas assumidas pelo sucedido, sendo inaceitável, na Justiça do Trabalho, acordo entre ambos, atribuindo ao sucedido as responsabilidades trabalhistas;

d) caracteriza-se pela alteração, legalmente formalizada, dos proprietários da empresa, bem como pela transferência do controle acionário, se se tratar de sociedade anônima;

76) Leia atentamente as seguintes proposições:

I - A admissão de pessoal pelo Estado, suas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista deve ser precedida de concurso público, consoante mandamento constitucional;

II – A admissão de pessoal por sociedades de economia mista e empresas públicas do Estado NÃO necessita de prévia aprovação em concurso público, já que tais entidades se sujeitam ao regime jurídico próprio das empresas privadas, qual seja, o celetista;

III – Os servidores das empresas públicas e sociedades de economia mista do Estado são empregados *stricto sensu*, e não funcionários públicos. Sua admissão depende de aprovação em concurso público, mas sua dispensa, conforme determinação expressa da Constituição Federal, só pode ocorrer nos moldes do Estatuto do servidor civil;

IV – O pessoal de uma sociedade de economia mista pode acionar a Justiça do Trabalho, competente para tanto, visando o pagamento de uma gratificação concedida mediante acordo coletivo firmado com o sindicato representante da categoria;

V – Nos termos do artigo 114 da Constituição Federal, a Justiça do Trabalho NÃO é competente para o deslinde de dissídios entre empresa pública e seu servidor, posto que a natureza do vínculo entre ambos é de natureza institucional, estatutário.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Todas as proposições estão incorretas;
- b) Estão corretas apenas as proposições I e IV.
- c) Estão incorretas apenas as proposições III e V;
- d) Apenas a alternativa I está correta;

77) Assinale a alternativa INCORRETA:

a) Consoante a jurisprudência dominante do TST, se o servidor do Estado é admitido sob a égide da CLT, a ele aplicam-se os direitos trabalhistas decorrentes da relação de emprego, motivo por que faz jus à percepção do “vale-transporte” instituído pela Lei n.º 7.418/85, que assegura tal benefício aos trabalhadores em geral;

b) Consoante a jurisprudência dominante do TST, quando o Estado contrata sob o pálio da legislação trabalhista, deve cumprir todas as regras editadas pela União Federal, a quem compete privativamente legislar sobre direito do trabalho, não obstante a Constituição, nos moldes do art. 22, parágrafo único, a autorize delegar aos Estados federados poderes para formular leis complementares sobre a matéria;

c) Quando o Estado contrata sob o regime da CLT ele se despoja das prerrogativas de soberania e capacidade de auto-administração, igualando-se ao empregador definido na legislação trabalhista, e sujeitando-se à legislação federal que disponha sobre matéria referente aos trabalhadores celetistas, incluídas as leis de política salarial;

d) O fato de Estado contratar servidor celetista não o obriga ao cumprimento da legislação trabalhista, já que os poderes públicos devem obediência às regras orçamentárias e ao prévio empenho da despesa, podendo exonerar-se, por exemplo, do pagamento da multa prevista no artigo 477 da CLT, no prazo ali estabelecido;

78) Acerca dos recursos previstos na legislação trabalhista, assinale a alternativa INCORRETA:

a) de acordo com jurisprudência dominante do TST, estando consagrada a natureza recursal dos embargos declaratórios, o prazo para sua oposição pelo Estado pode ser computado em dobro, nos moldes prescritos pelo Decreto-Lei n.º 779/69;

b) a interposição de recurso para o Supremo Tribunal Federal não prejudicará a execução do julgado;

c) o agravo de instrumento tem caráter liberativo e se destina exclusivamente a destrancar recurso;

d) cabe agravo de petição das decisões proferidas nas execuções, devendo o agravante delimitar, justificadamente, as matérias e os valores impugnados, ficando sobrestada a execução da parte remanescente não impugnada, até o final.

79) Acerca do procedimento sumaríssimo recentemente instituído no processo do trabalho pela Lei n.º 9.957, de 12/01/00, é INCORRETO afirmar que :

a) Como o pedido contido na petição inicial deverá ser certo ou determinado, devendo-se indicar o valor correspondente, a sentença deverá ser necessariamente líquida, consoante disposto no artigo 852-I, da CLT;

b) Estão incluídas no procedimento sumaríssimo as demandas em que forem parte as sociedades de economia mista, bem como as empresas públicas do Estado;

c) Interrompida a audiência, o seu prosseguimento e a solução do processo dar-se-ão no prazo máximo de trinta dias, salvo motivo relevante justificado nos autos pelo juiz da causa;

d) As causas em que é parte a administração direta do Estado estão excluídas do procedimento sumaríssimo.

80) Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) o brasileiro ou o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior é segurado obrigatório, como empregado, da Previdência Social;
- b) o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais é segurado obrigatório, como empregado, da Previdência Social;
- c) quem presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego, é segurado facultativo da Previdência Social;
- d) mantém a qualidade de segurado, independente de contribuição, e sem limite de prazo, quem está em gozo de benefícios.

QUESTÕES DE DIREITO TRIBUTÁRIO

81) No ordenamento jurídico nacional, identifica-se o Direito Tributário positivo como:

- a) ramo do Direito Constitucional, porque depende da previsão da Carta Magna para sua existência;
- b) ramo didaticamente autônomo, porque integra conjunto das proposições jurídico-normativas que correspondem à instituição e arrecadação de tributos;
- c) ramo complementar do Direito Civil, porque disciplina a previsão legal das hipóteses de cobrança compulsória de obrigação pecuniária;
- d) ramo didaticamente dependente do Direito Administrativo, porque regula obrigatoriamente a ação do estado para a cobrança de tributos;

82) Aplica-se, ao Direito Tributário, o princípio da estrita legalidade:

- a) por força da garantia instalada pelo inciso II, do artigo 5º, da CF, pelo qual ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;
- b) por força do artigo 37 da CF, pelo qual a Administração Pública de qualquer dos Poderes obedecerá ao princípio da legalidade, limitada a ação do administrador ao comando da lei;
- c) por força do artigo 146 da CF, pelo qual cabe à lei complementar dispor sobre conflitos de competência, limitações ao poder de tributar e normas gerais em matéria de legislação tributária;
- d) por força do art. 150, I, da CF, pelo qual é vedado à União, aos Estados e Distrito Federal e aos Municípios, exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

83) Assinale a alternativa correta:

- a) não-incidência é hipótese de extinção de crédito tributário por força de lei;
- b) isenção é hipótese de suspensão de crédito tributário por força de decreto;
- c) imunidade é hipótese de exclusão de incidência por ordem constitucional;
- d) remissão é hipótese de exclusão de crédito tributário por ordem constitucional;

84) Para a cobrança de tributos estaduais é bastante:

- a) a previsão constitucional do tipo e a atribuição da competência para arrecadar a espécie;
- b) a previsão do tipo pela lei complementar, respeitada a atribuição de competência constitucional;
- c) a competência constitucional, a descrição do tipo por lei complementar e a instituição por lei ordinária competente;
- d) a previsão constitucional do tipo, a competência por lei complementar e a regulamentação discriminada da espécie por decreto da autoridade competente.

85) Aplica-se a irretroatividade à lei tributária, no seguinte grau:

- a) genericamente, sem exceção à constituição do crédito tributário ou à definição de infrações;
- b) genericamente, com exceção da lei expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados;
- c) especialmente para a constituição do crédito tributário e não para a definição de infrações e cominação de penalidade;
- d) especialmente para a constituição do crédito tributário e definição de infração mas não a aplicação de penalidade;

86) Assinale a alternativa correta:

- a) na aplicação da legislação tributária é permitido o uso da analogia para a definição da hipótese de incidência;
- b) a lei tributária pode definir o conteúdo ou alcance dos institutos de direito privado para definir ou limitar a competência tributária específica;
- c) interpreta-se literalmente as disposições da lei tributária relativas à isenção;

d) interpreta-se de maneira mais favorável ao fisco a lei tributária que define infração nos casos de dolo, fraude ou sonegação.

87) O Estado destinatário de mercadoria remetida sem incidência do ICMS, pela aplicação de isenção, instituída na forma da lei, pelo Estado remetente:

- a) não pode exigir imposto devido por fato gerador ocorrido no território do remetente e submetido a isenção legalmente concedida;
- b) não pode exigir o imposto relativamente à operação subsequente, de saída desta mercadoria, do estabelecimento situado em seu território;
- c) pode exigir o imposto devido por esta operação na entrada da mercadoria no seu estabelecimento situado no seu território;
- d) pode exigir o imposto devido por esta operação na entrada da mercadoria no seu território.

88) Assinale a alternativa correta:

- a) a arrecadação dos impostos não pode ser vinculada;
- b) a arrecadação das taxas deve ser vinculada;
- c) a arrecadação de contribuição de melhoria não é vinculada ao custo da obra;
- d) a arrecadação de qualquer tributo pode ser vinculada.

89) A atribuição de competência tributária pela Constituição Federal, entre as três esferas de Governo, Federal, Estadual (Distrito Federal) e Municipal, pela discriminação dos tipos: imposto, taxa e contribuição de melhoria contempla:

- a) competência personalizada quanto aos impostos e comum quanto às taxas e contribuição de melhoria;
- b) competência personalizada quanto aos impostos e taxas e comum quanto à contribuição de melhoria;
- c) competência comum quanto aos três tipos de tributos;
- d) competência personalizada quanto aos três tipos de tributos.

90) Pode-se dizer que a relação jurídica tributária é:

- a) relação de direito privado;
- b) relação de direito público e privado;

- c) relação legal de direito privado;
- d) relação legal de direito público.

91) A transmissão de propriedade *causa mortis* do de cujos a herdeiro infante:

- a) fica sujeita a incidência do imposto correspondente, porque a capacidade tributária independe da capacidade civil das pessoas naturais;
- b) não fica sujeita ao imposto correspondente porque o infante não tem, pela lei civil, capacidade obrigacional;
- c) não fica sujeita ao imposto correspondente, porque a lei tributária não pode alterar os conceitos e definições do direito privado, logo, o infante não é sujeito de obrigação tributária;
- d) fica sujeita ao imposto cujo valor ficará depositado em juízo até que se complete a idade de capacitação civil do herdeiro.

92) Distingue-se:

- a) “fato gerador”, acontecimento descrito na lei como suficiente e necessário à dar origem à obrigação tributária, de “hipótese de incidência”, fato sobre o qual o sujeito passivo impõe a obrigação tributária;
- b) “sujeito passivo”, aquele que é obrigado ao pagamento do imposto, de “responsável sucessor”, aquele que responde pela obrigação tributária de terceiro, por força da aquisição do bem gravado pela obrigação;
- c) “competência tributária”, a atribuição do poder de tributar, de “sujeição ativa”, poder de exigir o tributo;
- d) “domicílio tributário”, o local determinado ou eleito como sede do contribuinte de “domicílio fiscal”, como o local determinado ou eleito para as obrigações tributárias;

93) Assinale a alternativa correta:

- a) só o sujeito passivo pode ser obrigado ao pagamento do tributo;
- b) o sujeito passivo pode delegar, o contrato, a responsabilidade pelo pagamento do tributo a terceira pessoa, desde que esta declare assumir a obrigação;
- c) cabe ao sujeito passivo a declaração e constituição do crédito, mesmo nas hipóteses em que a lei atribua a responsabilidade pelo pagamento a terceira pessoa;
- d) a lei pode atribuir a contribuinte a responsabilidade pelo lançamento e pagamento de imposto de terceiro, na qualidade de substituto tributário.

94) Constitui o “crédito tributário”:

- a) o contribuinte, por si ou por contador habilitado, por meio da devida escrita fiscal, desde que pague o débito apurado, independente de qualquer informação à autoridade competente pelo cadastro de contribuintes;
- b) a mera ocorrência da hipótese de incidência tributária descrita em lei, a partir da qual fica o contribuinte obrigado a pagar o tributo sob pena de execução forçada;
- c) a autoridade judicial pela declaração da existência da obrigação tributária discutida nos autos do processo;
- d) a autoridade administrativa, pelo procedimento em que identifique o sujeito passivo, a ocorrência do fato gerador, a matéria tributária, o cálculo do imposto e as eventuais infrações e penalidades;

95) O crédito tributário definitivamente constituído, tem sua exigibilidade suspensa:

- a) pela propositura de recurso administrativo ou ação judicial, independe de depósito;
- b) pela propositura de qualquer ação judicial;
- c) pela liminar específica para tanto, concedida em mandado de segurança;
- d) pela liminar em mandado de segurança, desde que garantida por depósito judicial de seu valor integral.

96) O crédito tributário:

- a) fica sujeito a prazo decenal para sua constituição e depois de constituído não tem limite de prazo para cobrança;
- b) por ser de interesse público, não tem limite de tempo para a sua constituição e cobrança;
- c) fica sujeito a prazo quinquenal intercorrente para sua constituição e quinquenal simples para sua prescrição, sem admitir interrupção ou suspensão;
- d) fica sujeito a prazo quinquenal para sua constituição e quinquenal para a cobrança.

97) O sujeito passivo tem direito, sem prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, recolhido por qualquer forma:

- a) independente do prazo de recolhimento do tributo;
- b) independentemente da eventual autorização, mesmo nos casos de tributos que, por sua natureza, ensejam a transferência do respectivo encargo financeiro;

c) limitado ao decurso do prazo de cinco anos, contados, conforme o caso, da data da extinção do crédito tributário ou da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou judicial que altera a decisão condenatória;

d) excluídos os casos de reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

98) A pessoa jurídica de direito público:

a) não pode ser sujeito passivo de obrigação tributária, por força da imunidade recíproca;

b) pode ser executado, por qualquer forma de procedimento judicial;

c) pode ser executado, mas somente perante o Tribunal Judicial da esfera correspondente, em função da matéria;

d) não pode ser sujeito passivo de obrigação tributária só na mesma esfera de atuação.

99) Na hipótese de cumulatividade de execuções fiscais federais, estaduais e municipais, de várias origens, contra o mesmo contribuinte executado:

a) há preferência de ordem e em razão da matéria, nos termos da lei;

b) não há preferência em razão da matéria;

c) não há preferência em razão de ordem;

d) é vedada qualquer preferência aproveitando a execução àquele exequente que estiver mais adiantado no procedimento, sem possibilidade de aproveitamento ou transferência entre execuções.

100) A “medida cautelar fiscal”, pode ser intentada:

a) pelo Poder Público, para garantir a execução do débito fiscal, quando as condições de insolvência, dilapidação ou ocultação do patrimônio ou “fuga” do devedor forem plausíveis;

b) pelo Poder Público, em qualquer circunstância, desde que já ajuizada a execução fiscal;

c) pelo contribuinte, para prevenir a execução fiscal mediante o depósito administrativo do valor do crédito executado;

d) pelo contribuinte, para garantir a discussão da matéria na instância administrativa, quando seu ativo não for suficiente para atender aos débitos fiscais.

Gabarito

01.C	02.D	03.D	04.C	05.A	06.C	07.A	08.C	09.B	10.C
11.D	12.D	13.A	14.B	15.D	16.A	17.A	18.D	19.D	20.C
21.C	22.B	23.D	24.B	25.D	26.C	27.D	28.C	29.A	30.B
31.B	32.C	33.B	34.A	35.D	36.A	37.C	38.C	39.C	40.C
41.B	42.D	43.C	44.A	45.A	46.C	47.D	48.D	49.C	50.D
51.C	52.B	53.B	54.A	55.A	56.A	57.D	58.D	59.C	60.D
61.A	62.A	63.A	64.C	65.B	66.D	67.X	68.B	69.B	70.X
71.A	72.C	73.D	74.B	75.D	76.B	77.D	78.D	79.A	80.C
81.B	82.D	83.C	84.C	85.B	86.C	87.A	88.X	89.A	90.D
91.A	92.B	93.D	94.D	95.C	96.D	97.C	98.B	99.A	100.A

X – Questão anulada